

## Resenha

## UM CONVITE À LEITURA DE “CAMINHOS E FRONTEIRAS”

Por Sergio Chahon

**C**aminhos e fronteiras, obra de autoria de Sérgio Buarque de Holanda publicada pela primeira vez em 1957, é mais do que um estudo sobre a história de São Paulo ao tempo dos bandeirantes. É, também, uma das obras mais ricas e complexas de nossa historiografia, tanto do ponto de vista dos temas nela explorados quanto dos métodos utilizados por seu autor. Em *Caminhos, S. B. de Holanda* persegue o objetivo de apresentar a história dos antigos habitantes de Piratininga como a da formação de uma civilização, um conjunto cultural original, resultante da interação entre duas culturas: a adventícia, identificada aos europeus e seus descendentes, e a nativa, associada aos diferentes povos indígenas com os quais os primeiros vão entrando em contato. Nas considerações oferecidas por Holanda, combinam-se a atenção aos detalhes da vida material e cotidiana e o desvelamento de traços de mentalidade e valores capazes de lançar luz sobre grandes totalidades culturais.

A 1ª edição de *Caminhos e fronteiras* remonta ao ano de 1957. Nessa obra, Sérgio Buarque de Holanda dá prosseguimento a seus estudos sobre a sociedade que, ao tempo do Brasil-Colônia, floresceu no planalto de Piratininga, na antiga capitania de São Vicente – focalizando, em particular, o fenômeno da expansão dos bandeirantes paulistas pelos caminhos do sertão. Antes de 1957, já publicara, por exemplo, *Monções*

(1945) e *Índios e mamelucos na expansão paulista* (1949), texto que serviu de embrião para o livro em pauta. A leitura de *Caminhos e fronteiras*, no entanto, não se limita a lançar luz sobre a história da sociedade paulista ao tempo dos bandeirantes; coloca-nos ainda em contato com uma das obras mais ricas e complexas da historiografia brasileira, tanto no que se refere às questões e possibilidades temáticas por ela ensejadas quanto no tocante aos métodos e perspectivas de análise escolhidos por seu autor.



Em artigo recente, no qual se propõe a traçar um panorama da produção historiográfica referente à cultura no Brasil colonial, a historiadora Laura de Mello e Souza reserva a *Caminhos e fronteiras* um lugar especial. Vindo depois de obras pioneiras, como *Capítulos de história colonial* (1907) de Capistrano de Abreu e *Vida e morte do bandeirante* (1929) de José de Alcântara Machado de Oliveira, o livro de S. B. de Holanda assinala, segundo Mello e Souza, a consolidação definitiva desse último como

historiador da cultura, voltado para o “estudo minucioso das técnicas e práticas inscritas na vida cotidiana” (Souza *in* Freitas, 2001, p.24). Ao lado de outros trabalhos fundamentais do mesmo autor, como *Raízes do Brasil* (1936), *Visão do paraíso* (1959) e *Formação da literatura brasileira* (1959), *Caminhos e fronteiras* representaria ao mesmo tempo o próprio nascimento, em sua forma mais plena e amadurecida,

de uma história da cultura no Brasil. Sua publicação, além de lançar luz sobre a história dos antigos paulistas, contribuiria decisivamente, portanto, para o advento de uma reflexão sobre o papel da cultura na formação social brasileira enfim desvinculada tanto do “brilhante tom ensaístico” até então dominante quanto de certa superposição entre a disciplina histórica e a antropologia – da qual ainda se ressentiria, por sinal, a obra fundadora de Gilberto Freyre (Idem, p.29 e 37).

Em *Caminhos e fronteiras*, de forma, talvez, mais acabada do que em escritos anteriores, S. B. de Holanda persegue o objetivo de apresentar a história dos antigos habitantes da capitania de Martim Afonso como a da formação de uma civilização, um conjunto cultural original, resultante da interação complexa entre duas culturas: a adventícia, identificada aos europeus, sobretudo portugueses, e seus descendentes, e a nativa, associada aos diferentes povos indígenas com os quais os primeiros vão entrando em contato. É interessante observar como, no prefácio de *Caminhos*, nosso autor confere à ideia de “fronteira” uma abrangência que transcende o significado mais usual do termo, relacionado a considerações de ordem eminentemente geográfica. Contraposto, enquanto signo da fixação das populações no espaço, à noção de “caminho”, ligada por sua vez ao incessante mover-se dos paulistas pelos rios e veredas do sertão, o termo em questão alude também a toda a sorte de adaptações e arranjos culturais resultantes do convívio entre adventícios e povos nativos. Eis a ideia de “fronteira” que serve de orientação ao livro de Sérgio Buarque: “Fronteira (...) entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados” (Holanda, 1994, p.12-3).

Ainda no prefácio de *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda julga necessário definir os traços gerais dessa civilização mameluca, isto é, mestiça, valendo-se, para tanto, de palavras já gravadas nas primeiras páginas de *Monções*:

(...) a lentidão com que no planalto paulista se vão impor costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole (...) terá profundas consequências. Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitanias, a ação colonizadora realiza-se, aqui, por uma contínua adaptação a condições específicas do meio americano. Por isso mesmo não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões primitivos e rudes: espécie de tributo pago para um melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar num país estranho algumas formas de vida que trazia do Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio (Idem, p.10).

Neste pequeno trecho, verdadeiramente lapidar, encontram-se resumidas algumas das principais premissas analíticas que se fazem presentes ao longo de toda a obra em estudo. Em primeiro lugar, a situação histórica e geográfica peculiar da sociedade que se ia formando no planalto, periférica em relação ao sistema colonial – cujo centro, até o séc. XVIII, eram as terras da “marinha” – e ligada por vínculos muito frouxos à metrópole portuguesa. Uma situação que imprime à ação colonizadora nessas paragens uma peculiar “liberdade” e “abandono”, abrindo larga margem a improvisos e adaptações. Em segundo lugar, a estreita ligação entre a forma assumida pela sociedade paulista e as pressões e desafios originados do “meio americano”, isto é, a natureza circundante, com destaque para os naturais da terra. Pobre em comparação com as regiões de agricultura do litoral, a

capitania de São Vicente condena seus habitantes a uma existência de privações e escassez crônicas; é este fato, mais do que uma suposta bravura inata ou espírito aventureiro, que explicaria a vocação dos paulistas antigos para o caminho, para o espaço aberto que “convida ao movimento”, e não para a fixação nas grandes propriedades, simbolizada pela solidez das casas-grandes da zona açucareira. Em terceiro lugar, como resultado da combinação entre as duas premissas anteriores, a maior abertura das gentes de São Vicente à adoção de “padrões primitivos e rudes” ou seja, utensílios, técnicas, costumes e atitudes derivados, em grande parte, da tradição cultural dos povos indígenas.

Relacionada à última premissa, uma percepção notável de S. B. de Holanda sobre o caráter particular da síntese cultural operada no planalto vicentino: acossado por uma natureza, a princípio, francamente hostil, o colono paulista aceita, sim, o rebaixamento de seus padrões de civilidade, o esquecimento de “formas de vida” importadas da Europa; mas o faz de maneira seletiva, procurando resguardar ao máximo os ideais e valores relacionados à sua versão própria da sociedade e da família. Aqui se encontra o significado último da ênfase concedida aos aspectos da chamada “cultura material”, tão marcante em *Caminhos e fronteiras*: tal ênfase não se deveria a quaisquer preferências particulares de seu autor pelos mesmos aspectos, mas à sua convicção de que no plano das atitudes, ferramentas e técnicas aplicadas no dia a dia os colonos e seus primeiros descendentes ter-se-iam mostrado “muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição europeia” (Idem, p.12). Assim, se o planalto paulista, mais do que as ricas terras do litoral, revela-se nas páginas de *Caminhos* como o espaço privilegiado das trocas, adaptações e soluções culturais, o mesmo ocorre com os domínios da vida material e cotidiana, em contraste com o mundo das ideias e da cultura letrada.

Por outro lado, se a cultura material e o cotidiano servem ao mesmo tempo como cenário e matéria-prima para a produção de uma nova civilização em terras paulistas, é a virtual onipresença do elemento indígena no contexto estudado por nosso autor que fornece o combustível necessário à mesma produção. Ilana Blaj, em artigo sobre S. B. de Holanda enquanto historiador da cultura material, exprime bem essa ideia ao situar lado a lado a interação constante entre meio-sociedade-cultura e aquela outra entre índio-português-mameluco, apontando ambas como fatores geradores de uma síntese histórica genuinamente nova: a “cultura paulista em suas inúmeras sedimentações provisórias” (Blaj *in* Candido, 1998, p.36).

Tema sempre recorrente em *Caminhos e fronteiras* é, não por acaso, o das relações entre portugueses e seus descendentes e as diversas nações indígenas estabelecidas na região de Piratininga e espalhadas pelo sertão (caiapós, guaicurus, carijós, etc.). Relações íntimas, cotidianas e muitas vezes tensas, nas quais os homens e mulheres nativos assumem diferentes papéis: escravos a serviço dos senhores brancos, na qualidade de “negros da terra”, continuamente apresados pelas expedições bandeirantes; agentes da resistência nas lutas contra o próprio extermínio, ameaça permanente aos paulistas enfurnados nas veredas e rios do interior; guardiões e mestres dos segredos da natureza, portadores de uma astúcia e sensibilidade indispensáveis à sobrevivência no sertão hostil. Este último papel reservado ao elemento indígena é o que ganha maior destaque nas páginas de *Caminhos*. Nelas, o colonizador e seus descendentes são reduzidos com frequência à condição de aprendizes e de dependentes do gentio da terra – sem deixar de acrescentar, por outro lado, aspectos de suas próprias tradições e mentalidades ao aprendizado das práticas e habilidades ameríndias.

Mais do que nas duas partes posteriores de que se compõe o livro, é em “Índios e mamelucos na expansão

paulista” que o papel-chave dos naturais da terra na criação de novas sínteses culturais por parte das populações adventícias transparece de forma mais nítida e sugestiva. Já em “Veredas de pé posto”, o primeiro dos nove artigos de que se compõe este núcleo, S. B. de Holanda sublinha de forma emblemática a importância da influência indígena sobre os primeiros colonizadores do planalto. No caso desses últimos, diz-nos o autor, a marca do “chamado selvagem” não representa “uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra” (Holanda, 1994, p.21). Como a ilustrar essas palavras, recheiam este artigo descrições e análises que celebram o papel do índio enquanto “mestre e colaborador inigualável nas entradas”. A esse mestre nativo deveriam os brancos e mamelucos não apenas o conhecimento das longas trilhas que cortam o sertão, mas até mesmo lições sobre o jeito mais apropriado de percorrê-las, caminhando em fila simples “com os pés para a frente” a fim de distribuir melhor, a cada passo, o peso do corpo sobre a planta e os dedos dos pés (Idem, p.34).

No tocante à descoberta de fontes de água durante as andanças pelo mato, tema contemplado em “Samaritanas do sertão”, os índios e, por decorrência, os sertanistas que deles descendem, aparecem em *Caminhos e fronteiras* como dotados de uma “extraordinária capacidade de observação da natureza”. Concebendo os sentidos mobilizados nessa observação em sua dimensão histórica e cultural, S. B. de Holanda eleva esses desbravadores do sertão à categoria de “rudes topógrafos” que, “por algum sinal só perceptível a olhos experimentados, sabem dizer com certeza a senda que há de levar a alguma remota aguada” (Idem, p.36-7).

Em “Iguarias de bugre”, S. B. de Holanda retrata a ampla adoção pelos colonos brancos e mestiços dos métodos indígenas de aproveitamento do mundo animal e vegetal para a obtenção dos meios de subsistência. Nesse artigo, nosso autor destaca a considerável influência dos primeiros habitantes do país sobre os hábitos alimentares dos paulistas, em particular durante as entradas, ocasiões em que a fome era companheira inseparável da aventura:

Os índios tinham tido tempo e oportunidade para arrancar à natureza o máximo de recursos que, com sua existência andeja, lhes era lícito esperar dela. Onde não fossem grandes as possibilidades de escolha, cumpria admitir o que era proporcionado sem maior trabalho (...) Quando sujeito a condições semelhantes, o próprio europeu, para sobreviver, devia acolher esses recursos e aceitar, em muitos casos, as mesmas técnicas e ardis inventados pelo gentio. Não só de cobras e outros bichos que rastejam, mas ainda de sapos, ratos, raízes de guaribá ou guareá, gregos de samambaia, sustentava-se o viandante perdido em sertões de escasso mantimento, os ‘sertões famintos’, de que falam alguns roteiros (Idem, p.56).

No artigo intitulado “Caça e pesca”, deparamo-nos com certa passagem que permite ressaltar como, em *Caminhos e fronteiras*, a marca do gentio da terra sobre a nova civilização que se ia formando no planalto não se limitou à incorporação de táticas e recursos naturais, impregnando, inclusive, a própria subjetividade do homem do sertão. Nessa passagem, S. B. de Holanda exalta a “vivacidade dos sentidos que caracteriza as populações rústicas nas brenhas incultas”, fruto de uma “comunhão assídua com a vida íntima da natureza”. Assim se explicaria a “inventiva fértil e pronta”, a “imaginação sempre alerta” e a “atenção quase divinatória” das quais eram portadores os paulistas daqueles tempos, e que tanto assombram os ditos “civilizados” de hoje em dia (Idem, p.67-8).



A tal ponto chega, nas considerações oferecidas em *Caminhos*, a mescla entre as contribuições culturais indígenas e europeias, que se torna praticamente impossível delimitar com precisão a fronteira entre umas e outras. Tal impossibilidade, a testemunhar a acuidade e a complexidade da análise de S. B. de Holanda, fica especialmente patente em um trecho do artigo “Botica da natureza”, no qual o mesmo autor procura investigar a formação histórica do que chama de “medicina sertaneja”:

Não faltam, finalmente, aspectos de nossa medicina rústica e caseira que dificilmente se poderiam filiar, seja a tradições europeias, seja a hábitos indígenas. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias que presidiram ao amálgama desses hábitos e tradições. A soma de elementos tão díspares gerou muitas vezes produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas. Tão extensa e complexa foi a reunião desses elementos, que a rigor não se poderá dizer de nenhum dos aspectos da arte de curar, tal como a praticam ainda hoje os sertanejos, que é puramente indígena (...) ou puramente europeu (Idem, pp.78-9).

Sobre *Caminhos e fronteiras*, nunca é demais destacar como, valendo-se de um largo uso de fontes primárias, S. B. de Holanda se mostra sempre atento aos aspectos mais rotineiros da realidade histórica, em especial àquelas práticas e costumes cotidianos que mais facilmente poderiam passar despercebidos a um olhar mais distraído. Mas essa preocupação com o pormenor, com o aparentemente insignificante, não faz de *Caminhos* uma obra meramente descritiva. Pois em suas páginas a descrição é sempre o primeiro passo para o estabelecimento de relações lógicas que, partindo do particular em direção ao geral, permitem desvelar grandes totalidades culturais.

Um bom exemplo do método de análise adotado por Holanda, que parte dos detalhes da vida material para compreender traços de mentalidade, valores, chegando ao vislumbre de toda uma civilização, pode ser encontrado nas considerações com que se abre o artigo “Frotas de comércio”, no qual são retomados temas e preocupações tratados anteriormente na obra *Monções*. Eis como, nesse artigo, nosso autor apresenta o chamado “monçoneiro”, comerciante que percorria os rios transportando mercadorias até as áreas de mineração, e cujo advento viria a assinalar o declínio do bandeirismo em sua forma mais tradicional:

É inevitável pensar que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exiguidade das canoas das monções já era um modo de se organizar o tumulto, de se estimular a boa harmonia ou, ao menos, a momentânea conformidade das aspirações em choque. A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicação necessária das vontades particulares onde a vida de todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosamente sobre os aventureiros que demandam o sertão longínquo. Se o quadro daquela gente aglomerada à popa de um barco tem em sua aparência qualquer coisa de desordenado, não é a desordem de paixões em alvoroço, mas a de ambições metódicas e submissas (Idem, p.136).

De maneira semelhante, o cultivo do milho e seu amplo consumo em toda a capitania dão forma, na interpretação de Sérgio Buarque, a toda uma “civilização do milho”, refletida na presença de “monjolos” usados para pilar seus grãos em todas as áreas alcançadas pelos paulistas em sua expansão (Idem, p.181-203). Também as redes em que costumeiramente se deitavam os homens do planalto não são apenas redes, mas símbolos da existência

andeja desses homens, já que, enquanto mistos de móveis caseiros e veículos de transporte, as mesmas adequam-se tanto ao “recesso do lar” quanto ao “túmulto da praça pública”, tanto à “morada da vila” quanto ao “sertão remoto e rude”. São, nesse sentido, contrastadas “com a cama e mesmo com o simples catre de madeira, trastes ‘sedentários’ por natureza, e que simbolizam o repouso e a reclusão doméstica” (Idem, p.247).

Por sua capacidade de articular o particular ao geral, o material ao “espiritual” (mentalidades, valores, etc.), S. B. de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, ocupa lugar original em meio à produção historiográfica dos anos 50 – e isso tanto no Brasil quanto fora dele. Assim é que Laura de Mello e Souza, no artigo citado, reconhece a essa obra o mérito de manter-se “numa espécie de meio-caminho extremamente sugestivo”, evitando as tentações decorrentes de duas tendências comuns à época: de um lado, a defesa da determinação, ou “sobre determinação”, do econômico sobre a sociedade e a cultura; de outro, a ideia, oriunda da historiografia francesa, de uma instância mental autônoma e grandemente descolada das práticas e costumes cotidianos (Souza in Freitas, 2001, p.26).

Dessa forma, é possível observar, nas páginas de *Caminhos*, os traços de mentalidade herdados pelos adventícios de seus ancestrais portugueses concorrendo para orientar a seleção das técnicas adotadas e para conferir um significado próprio aos arranjos culturais que se iam realizando no planalto. Exemplos desse fenômeno podem ser colhidos na análise de Holanda sobre a “farmacopeia rústica” do sertão, cujo acervo teria sido formado em parte graças à adoção pelos paulistas de um critério “a que se pode chamar analógico, derivado da tendência para procurar entre os produtos da terra elementos já conhecidos no Velho Mundo” (Holanda, 1994, p.79). Semelhante critério, como ressalta o autor, fez-se presente tanto na

escolha de drogas extraídas da fauna e da flora nativas quanto de amuletos e ainda dos medicamentos chamados “bezoartico”, frutos da crença, tradicional na Europa, no poder curativo de certas pedras existentes nas entranhas de animais selvagens. Por outro lado, nas mesmas páginas citadas nos deparamos com situações nas quais o impacto da experiência diária, da incorporação de novas atitudes e hábitos pela gente sertaneja acaba por influir poderosamente sobre concepções e valores de matriz europeia. No artigo intitulado “frechas, feras, febres” pode-se ler, por exemplo, que

a contínua prática da selva não estimula somente essa espécie de adaptação quase fisiológica às situações mais perigosas (...) Representa, em primeiro plano, uma verdadeira educação moral, cujas consequências não podem ser apreciadas de modo abstrato, e independentemente das condições particulares que a suscitaram. Dessa forma se explicará melhor o que acima ficou dito sobre a atitude quase benévola com que, em muitos meios sertanejos, ainda é costume encarar alguns crimes violentos, particularmente os de morte. Atitude tanto mais estranhável, quanto é, precisamente em tais meios, que a noção de uma lei moral inflexível e absoluta consegue impor-se com maior facilidade, e onde há delitos considerados aviltantes e desprezíveis, como o furto (Idem, p.120-1).

De acordo com Laura de Mello e Souza, a influência de S. B. de Holanda no âmbito dos estudos culturais “talvez não se tenha feito notar de imediato”. A razão deste fato, segundo a autora, residiria na preferência da historiografia de fins dos anos 50 por trabalhos mais econômicos, tributários dos modelos de análise instaurados por Caio Prado Jr. e Celso Furtado (Souza in Freitas, 2001, p.28). Seria preciso esperar até o final da década de 70, época em que as correntes da história das mentalidades e da cultura começam a ganhar força em nosso país, para que *Caminhos e fronteiras* e outros escritos de Sérgio Buarque viessem

a ocupar merecidamente o seu lugar enquanto referências indispensáveis a todos os interessados no conhecimento da história da cultura no Brasil. Destacar a plena atualidade de tais escritos e aproximá-los das novas gerações de estudantes de História e das demais ciências sociais é tarefa que se impõe aos professores e pesquisadores do presente. Quase 50 anos passados desde a sua 1ª edição, é tempo ainda de ler Caminhos e fronteiras.

#### Referências bibliográficas:

- BLAJ, Ilana. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material". In: Antonio Candido (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramos, 1998. pp. 29-48.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.). *História/Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOUZA, Laura de Mello e. "Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial". In: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. pp.17-38.
- Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Universidade de São Paulo, 1988.




---

**Sergio Chahon:** Doutor em História pela UFF, Professor das Faculdades Integradas Simonsen, Professor da Universidade Gama Filho e autor do livro "Os Convidados para a Ceia do Senhor: as Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)."